

O Manifesto de Euston

29 de Março de 2006 (Atualizado Segunda-Feira 19 de Junho de 2006)

A. Prêambulo

Somos democratas e progressistas.

Vimos propor um alinhamento político renovado. Muitos de nós pertencem à esquerda, mas os princípios que expomos não são exclusivos. Nos dirigimos, para além da esquerda socialista, a liberais igualitários e outros de inquestionável compromisso democrático. De fato, a reconfiguração da opinião progressista que buscamos envolve demarcar uma linha clara entre, de um lado, as forças de esquerda que se mantêm fiéis a seus valores autênticos, e, de outro, correntes que têm, nos últimos tempos, se mostrado excessivamente flexíveis quanto a eles. Fazemos causa comum com os democratas genuínos, socialistas ou não.

A iniciativa presente tem suas raízes e encontrou sua base de apoio na Internet, especialmente na “blogosfera”. É nossa percepção, entretanto, que esse ponto de vista está sub-representado em outros lugares; na maior parte da mídia e nas outras formas de vida política contemporânea.

A afirmação ampla de princípios que se segue é uma declaração de intenções. Inaugura-se também aqui um novo website, que defenderá as opiniões propostas pelos diversos blogs e outros sites que estão por trás deste apelo por um realinhamento progressista.

B. Declaração de Princípios

1) Pela democracia

Somos comprometidos com as normas, procedimentos e estruturas democráticas; liberdade de opinião e reunião, eleições livres, a separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário, e a separação completa de Estado e religião. Valorizamos as tradições, instituições e o legado de boa governança dos países em que democracias liberais e pluralistas se consolidaram.

2) Nenhuma desculpa para a tirania.

Nos negamos a fornecer justificativa ou “compreensão” indulgente para regimes reacionários e movimentos para os quais a democracia é um inimigo odiado, regimes que oprimem seus próprios povos, ou movimentos que aspiram fazê-lo. Marcamos uma linha clara entre nós e as vozes de esquerda que se apressam em oferecer justificativas para tais forças políticas.

3) Direitos Humanos para todos.

Sustentamos que os direitos humanos fundamentais codificados na Declaração Universal são, precisamente, universais; obrigam todos os movimentos políticos e Estados, e, de fato, todos nós. Violações desses direitos são igualmente condenáveis, independentemente de quem seja por elas responsável, e independentemente do contexto cultural. Rejeitamos os dois pesos e as duas medidas com que muito da auto-proclamada opinião progressista opera nos dias de hoje: violações menores (mesmo que inquestionavelmente reais) dos direitos humanos, se nos são mais próximas, ou são responsabilidade de governos que não apoiamos, são consideradas mais deploráveis que outras violações flagrantemente piores. Rejeitamos, também, a visão cultural-relativista segundo a qual tais direitos humanos básicos não são apropriados para certas nações ou povos.

4) Igualdade

No geral, abraçamos uma política igualitária. Buscamos progresso nas relações entre os sexos (até que a completa igualdade de gênero seja alcançada), entre diferentes comunidades étnicas, entre pessoas de filiações religiosas diferentes e entre os que não as têm, e entre pessoas de orientação sexual diversa; bem como uma igualdade econômica e social mais ampla por toda parte. Deixamos em aberto, como algo sobre o qual há diferenças de ponto de vista entre nós, a questão de qual é a melhor forma de alcançar essa igualdade mais ampla, mas apoiamos os interesses dos trabalhadores em toda parte, bem como o direito a que se organizem livremente para defender tais interesses. Sindicatos democráticos são fundamentais para a defesa dos interesses dos trabalhadores, e uma das mais importantes forças na defesa dos direitos humanos, para a promoção da democracia e para o internacionalismo igualitário. Direitos trabalhistas são direitos humanos. A adoção universal das Convenções da Organização Internacional do Trabalho, hoje rotineiramente ignoradas por governos ao redor do globo, é uma prioridade para nós. Assumimos como compromissos a defesa dos direitos das crianças e a proteção contra a escravidão sexual, bem como o repúdio a todas as formas de abuso institucionalizado.

5) Desenvolvimento para a Liberdade

Defendemos o Desenvolvimento-como-liberdade global, e contra a opressão estrutural econômica e a degradação ambiental. Não podemos permitir que a expansão atual dos mercados globais e do livre-comércio sirva apenas aos interesses estreitos de uma pequena elite corporativa no mundo desenvolvido e seus associados no mundo em desenvolvimento. Os benefícios do desenvolvimento em grande escala pela expansão do comércio global devem ser distribuídos tão amplamente quanto possível, de maneira a servir aos interesses de trabalhadores, agricultores e consumidores em todos os países. A globalização deve significar uma integração social global e um compromisso com a justiça social. Para alcançar estes objetivos, defendemos reformas radicais nas grandes instituições da governança global

(Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial). Defendemos o comércio justo (*fair trade*), mais ajuda internacional, mais cancelamento de dívidas e a campanha pela erradicação da pobreza (*Make Poverty History*). O desenvolvimento pode fazer crescer a expectativa de vida e sua fruição, diminuir o trabalho extenuante e reduzir a jornada de trabalho. Pode trazer liberdade para a juventude, possibilidades de redescoberta constante para os adultos e segurança para os mais velhos. Amplia horizontes e as oportunidades de viagem e possibilita que estranhos se tornem amigos. O desenvolvimento global pode ser buscado de modo consistente com o crescimento ambientalmente sustentável.

6) Oposição ao Anti-Americanismo

Rejeitamos sem reserva o anti-americanismo que atualmente infecta tanto do pensamento de esquerda e progressista (bem como alguns conservadores). Não se trata de ver nos Estados Unidos um modelo de sociedade. Estamos conscientes de seus problemas e falhas. Mas, em algum grau, eles também estão presentes em todo o mundo desenvolvido. Os Estados Unidos da América são um grande país e uma grande nação. É lar de uma democracia forte, atrás da qual há uma nobre tradição e, em seu nome, conquistas sociais e constitucionais perenes. Seus povos produziram uma cultura vibrante que é o prazer, a inspiração e a inveja de milhões. Que a política externa americana tenha frequentemente se oposto a movimentos e governos progressistas, e apoiado governos regressivos e autoritários, não justifica um preconceito generalizado contra, seja o povo, seja a nação.

7) Por uma solução com dois Estados

Reconhecemos o direito tanto de Israelenses quanto de Palestinos à auto-determinação no quadro de uma solução com dois Estados. Não pode haver uma solução razoável para o conflito Israel-Palestina que subordine ou elimine os direitos e interesses legítimos de um dos lados da disputa.

8) Contra o racismo

Para os progressistas e para a esquerda, o anti-racismo é axiomático. Nos opomos a toda forma de preconceito ou comportamento racista: o racismo anti-imigrante da Extrema-Direita; o racismo tribal e inter-étnico; o racismo contra as pessoas do mundo muçulmano e os que deles descendem, particularmente aquele sob o disfarce da guerra ao terror. A recente ressurgência de uma outra forma mais antiga de racismo, o anti-semitismo, ainda não é propriamente reconhecida nos círculos de esquerda e progressistas. Alguns exploram as insatisfações legítimas do povo palestino sob ocupação israelense, e disfarçam o preconceito contra o povo judeu sob a fórmula do “anti-sionismo”. Também nos opomos a este tipo de racismo, como deveria ser óbvio.

9) Unidos contra o terror

Nos opomos a toda forma de terrorismo. O assassinato deliberado de civis é um crime sob o Direito Internacional, bem como sob todos os códigos de guerra reconhecidos, e não pode ser justificado pelo argumento de que é realizado em nome de uma causa justa. O terrorismo inspirado pela ideologia islamista é comum hoje em dia. Ele ameaça os valores democráticos, a vida e as liberdades das pessoas em muitos lugares. Isso não justifica o preconceito contra muçulmanos, que são suas principais vítimas, e entre os quais encontramos alguns de seus mais corajosos adversários. Mas, como todo terrorismo, é uma ameaça que deve ser combatida, não justificada.

10) Um novo internacionalismo

Defendemos uma política internacionalista e a reforma do Direito Internacional, no interesse da democratização e do desenvolvimento globais. A intervenção humanitária, quando necessária, não despreza a soberania, mas procura acomodá-la apropriadamente dentro da “vida comum” de todos os povos. Se um Estado, num sentido mínimo, protege a vida comum de seu povo (se não tortura, assassina ou massacra seus próprios civis, e satisfaz suas necessidades vitais mais básicas), então sua soberania deve ser respeitada. Mas se o Estado, ele mesmo, viola a vida comum de forma aterradora, sua reivindicação de soberania é invalidada, e a comunidade internacional tem a obrigação de intervir e resgatar suas vítimas. Uma vez que um limite de desumanidade for cruzado, há uma “responsabilidade de proteger”.

11) Uma abertura crítica

Tirando as lições da desastrosa história da apologia de esquerda aos crimes do Stalinismo e do Maoísmo, bem como de exercícios recentes na mesma linha (algumas das reações aos crimes do 11 de Setembro, a produção de desculpas para os terroristas suicidas, as alianças vergonhosas, recentemente vistas dentro do movimento “anti-guerra”, com teocratas anti-democracia), rejeitamos a idéia de que não haja oponentes na esquerda. Rejeitamos, de modo semelhante, a idéia de que não pode haver abertura para idéias ou indivíduos à nossa direita. Esquerdistas que fazem causa comum com forças anti-democráticas, ou que para elas produzem justificativas, devem ser criticados em termos claros e diretos. Da mesma forma, prestamos atenção a vozes e idéias conservadoras e liberais, se eles contribuem para o fortalecimento das normas e práticas democráticas e para a batalha pelo progresso humano.

12) A Verdade Histórica

Reconectando-nos aos impulsos humanistas originais do movimento pelo progresso humano, enfatizamos o dever que os democratas genuínos devem ter com a verdade histórica. Não são só facistas, negadores do Holocausto e semelhantes que tentam obscurecer o registro histórico. Uma das tragédias da esquerda é que sua própria reputação foi, nesse aspecto, maciçamente comprometida pelo movimento comunista internacional, e alguns ainda não aprenderam tal lição. A honestidade política e a franqueza são uma obrigação primária para nós.

13) Liberdade de Idéias

Defendemos a liberdade de pensamento liberal tradicional. Hoje em dia, mas do que nunca, é importante afirmar que, dentro dos limites costumeiros contra a difamação, calúnia ou incitação à violência, as pessoas devem ter a liberdade de criticar idéias, ou mesmo conjuntos de idéias às quais outras pessoas aderem. Isso inclui a liberdade de criticar a religião: religiões específicas e a religião em geral. Ao respeito pelos outros não se segue a obrigação de permanecer em silêncio sobre suas crenças, se as consideramos criticáveis.

14) *Open Source* (Código Aberto)

Como parte da livre troca de idéias e no interesse de encorajar o empreendimento intelectual conjunto, apoiamos o desenvolvimento aberto de softwares e outros trabalhos criativos, e nos opomos ao patenteamento de genes, algoritmos e fatos da natureza. Nos opomos à extensão retrospectiva das leis de propriedade intelectual no interesse financeiro de possuidores de copyright corporativo. O modelo de *open source* é coletivo e competitivo, colaborativo e meritocrático. Não é uma idéia teórica, mas uma realidade testada que criou bens comuns cujos poder e robustez foram provados por décadas. De fato, os melhores ideais de colegialidade da comunidade científica de pesquisa, que deram origem à colaboração de fonte aberta, têm servido ao progresso humano há séculos.

15) Uma herança preciosa

Rejeitamos o medo da modernidade, o medo da liberdade, o irracionalismo, a subordinação das mulheres. E reafirmamos as idéias que inspiraram os grandes chamados à ação das revoluções democráticas do século dezoito: liberdade, igualdade e solidariedade; direitos humanos; e a busca da felicidade. Essas idéias inspiradoras se tornaram a herança de todos nós pelas transformações social-democratas, igualitárias, feministas e anti-coloniais dos séculos dezenove e vinte; pelo busca da justiça social, a provisão de bem-estar, a irmandade de todos os homens e mulheres. Ninguém deve ser deixado de fora, ninguém deve ser deixado para trás. Somos partidários destes valores. Mas não somos fanáticos. Pois abraçamos também os ideais da liberdade de investigação, do diálogo aberto e da dúvida criativa, do

juízo ponderado e de um sentido das intratabilidades do mundo. Nos erguemos contra toda pretensão a uma verdade não-questionável e não-questionante.

C. Elaboraões

Defendemos as democracias liberais e pluralistas contra todos que tratam com leveza as diferenças entre elas e os regimes totalitários e tirânicos. Mas estas democracias têm seus próprios déficits e suas próprias falhas. A batalha pelo desenvolvimento de instituições e procedimentos mais democráticos, pela progressiva potencialização dos sem influência, sem voz ou com poucos recursos políticos, é uma parte permanente da agenda da esquerda.

As fundações econômicas e sociais sobre as quais as democracias liberais se desenvolveram são marcadas por desigualdades de renda e riqueza profundas, bem como pela permanência do privilégio não-merecido. Por sua vez, a desigualdade global é um escândalo para a consciência moral da humanidade. Milhões vivem na pobreza mais terrível. Semana sim, semana não, dezenas de milhares de pessoas, em particular crianças, morrem de doenças que poderiam ser prevenidas. Desigualdades de riqueza, tanto entre as pessoas quanto entre as nações, distribuem de maneira arbitrária as chances de cada vida.

Tais fatos põem em relevo a responsabilidade da comunidade internacional. Nós na esquerda, fiéis a nossas tradições, lutamos pela justiça e por uma vida decente para todos. Fiéis ainda a essas mesmas tradições, devemos também lutar contra as poderosas forças da tirania totalitária que está em marcha novamente. As duas batalhas devem ser lutadas ao mesmo tempo. Uma não pode ser sacrificada pela outra.

Repudiamos a visão segundo a qual os eventos de 11 de Setembro foram a punição merecida da América, ou mesmo “compreensíveis” à luz de insatisfações legítimas resultantes da política externa americana. O que foi feito naquele dia foi um ato de assassinato em massa, motivado por crenças fundamentalistas odiosas, e não é justificável pelo que quer que seja. Nenhuma fórmula evasiva pode ocultar tal fato.

Os proponentes iniciais dessa declaração tomaram posições diferentes sobre a intervenção militar no Iraque, tanto a favor quanto contra. Reconhecemos que é possível discordar, de modo razoável, sobre a justificativa da intervenção, a maneira pela qual foi implementada, o planejamento (ou a falta do mesmo) do que a ela se seguiria, ou as perspectivas da implementação bem-sucedida da mudança democrática. Estamos, entretanto, unidos na mesma crença a respeito do caráter reacionário, semi-facista e assassino do regime Baathista no Iraque, e reconhecemos sua derrubada como uma libertação do povo Iraquiano. Estamos também unidos na crença de que, desde o dia em que isso aconteceu, a preocupação apropriada dos progressistas genuínos e membros da esquerda deveria ter sido a batalha para colocar em funcionamento no Iraque uma ordem democrática, bem como reconstruir a infra-estrutura do país, criar, enfim, após décadas de mais brutal

opressão, uma vida para os Iraquianos que os que vivem em países democráticos dão de barato; ao invés disso, nos perdemos em discussões sobre a intervenção.

Não nos opomos apenas àqueles na esquerda que falaram ativamente em defesa das gangues de jihadistas e Baathistas da assim-chamada “resistência” iraquiana, mas também a outros que conseguiram encontrar uma forma de tratar como equivalentes tais forças e aquelas tentando trazer uma nova vida democrática para o país. Não concordamos, tampouco, com a tendência que diz concordar com tais objetivos, mas gasta toda sua energia criticando oponentes políticos domésticos (a quem se atribui toda e qualquer dificuldade no Iraque), enquanto mantém um silêncio (ou quase silêncio) respeitoso diante das forças repugnantes por trás da “resistência iraquiana”. Os muitos na esquerda que, opondo-se à mudança de regime no Iraque, não foram capazes de entender as considerações que levaram outros na esquerda a apoiá-la, lançando anátema e excomunhão, ou, recentemente, exigindo arrependimento e penitência, traem os ideais democráticos que professam.

O vandalismo contra sinagogas e cemitérios judaicos, e mesmo ataques contra os próprios Judeus, crescem na Europa. O “anti-sionismo” cresceu a ponto de organizações supostamente à esquerda se mostrarem dispostas a lidar com oradores abertamente anti-semitas, e a fazer alianças com grupos anti-semitas. Mesmo em ambientes educados e afluentes é possível encontrar pessoas que não têm vergonha de argumentar que a guerra do Iraque foi lutada em nome de interesses judeus, ou que fazem outros comentários “educados” e sutis sobre a influência nociva de interesses judaicos na política nacional ou internacional. Nos cinquenta anos que se seguiram ao holocausto, ninguém teria sido capaz de dizer tais coisas sem cair em desgraça pública. Nos erguemos contra todas as variantes de tal discriminação.

As violações de direitos humanos básicos em Abu Ghraib, em Guantánamo, e nas “transferências” de prisioneiros, devem ser completamente condenadas pelo que são: uma quebra de princípios universais, por cujo estabelecimento os países democráticos em geral, e os Estados Unidos em particular, têm o direito de reivindicar a maior parte do crédito. Mas rejeitamos os dois pesos e as duas medidas pelas quais gente demais na esquerda hoje trata as violações de direitos humanos perpetradas pelas democracias como as mais graves de todas, enquanto só oferecem silêncio e discreção a respeito de outras infrações que em tudo superam as supracitadas. Essa tendência chegou ao ponto de funcionários, falando em nome da Anistia Internacional, uma organização que, pelo valor incalculável de seu trabalho de décadas, inspira um respeito mundial enorme, poderem fazer publicamente comparações grotescas entre Guantánamo e o Gulag, afirmando que as medidas legislativas tomadas pelos EUA e outras democracias liberais durante a guerra ao terror constituem um ataque pior aos valores e princípios dos direitos humanos do que qualquer coisa nos últimos 50 anos, e, ao fazê-lo, serem defendidos por certas vozes progressistas e liberais.

D. Conclusão

É de importância vital para o futuro da política progressista que pessoas de visão progressista e internacionalista falem com clareza agora. Devemos nos definir por oposição àqueles para quem toda a agenda progressista e democrática foi subordinada a um genérico e simplista “anti-imperialismo”, e/ou à hostilidade à atual presidência americana. Os valores e objetivos que de fato constituem tal agenda, os valores da democracia, dos direitos humanos, da batalha contínua contra o privilégio e o poder injusto, a solidariedade com os povos lutando contra a tirania e a opressão, são o que mais permanentemente definem a forma de qualquer esquerda à qual valha a pena pertencer.